

GESTÃO ESTRATÉGICA, INTEGRADA E PARTICIPATIVA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL A EXPERIÊNCIA DO HOSPITAL REGIONAL DO SERTÃO CENTRAL



John Herbeth de Moura Nascimento
Elisfabio Brito Duarte
Alayanne Menezes da Silveira
Natascha Bezerra Marinho
Alessandra Almeida de Souza
Fernanda Nascimento Severo

INTRODUÇÃO

A má gestão dos resíduos de serviços de saúde - RSS é um dos mais maiores problemas conjunturais na realidade das cidades brasileiras e um dos mais sérios agravos à saúde pública e ao meio ambiente. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA estabelece que a gestão integrada de resíduos deve priorizar a não geração, a minimização da geração e o reaproveitamento dos resíduos, a fim de evitar os efeitos negativos sobre o meio ambiente e a saúde pública (BRASIL, 2006).

Dispõe ainda a ANVISA (2006) que o gerenciamento dos RSS constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar, aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando a proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde, dos recursos naturais e do meio ambiente

OBJETIVO

Relatar a experiência da unidade hospitalar quanto ao seu processo integrado, técnico e sustentável de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde - RSS.

RESULTADOS

Obteve-se que, do total de resíduos gerados, 55% são destinados a aterros sanitários, 32% destinados a incineração, 7% destinados a compostagem e 6% destinados a reciclagem. Os resíduos lâmpadas/reatores são encaminhados para destinação final mediante contratação de serviço técnico especializado, com emissão de certificado. Os resíduos pilhas/baterias são encaminhados via logística reversa para recolhimento com empresa parceira local. Os resíduos óleos comestíveis são encaminhados para destinação final mediante recolhimento pela empresa terceirizada do Serviço de Nutrição, sendo beneficiados através do processo químico de saponificação. A unidade hospitalar oportunizou aos colaboradores a participação no processo de recolhimento de material reciclável (papel, papelão, filme e plástico rígido), de forma a envolvê-los na política institucional de gestão de RSS.



CONCLUSÃO

O processo de gestão integrada de RSS adotado pela unidade reveste-se de caráter técnico e integrado, visando promover sustentabilidade, inovação, economicidade, corresponsabilidade e intersectorialidade.

Ademais, se promove com a experiência em curso, por um lado, a integração e senso de pertencimento instituição comunidade e, por outro lado, a existência de um centro de oferta, tanto de boas práticas, quanto de potencial formativo passível de cooperação e utilização por instituições, governos e sociedade em geral.

MÉTODO

Trata-se de política institucional em curso, aqui abordada através de metodologia descritiva como estudo de caso. Os dados referem-se ao ano de 2019. Os resíduos foram segregados nos locais de geração e posteriormente recolhidos para pesagem, registro e armazenamento temporário por tipo, segundo a classificação oficial: grupo "A" - resíduo infectante; grupo "B" - resíduo químico; grupo "D" - resíduo comum; e grupo "E" - resíduo perfuro cortante. O grupo "D" foi subdividido em "D1" - resíduo comum não reciclável; "D2" - resíduo comum reciclável; "D3" - resíduo comum orgânico compostável. Cada grupo de resíduo recebeu a sua respectiva destinação final, a saber: grupos "A" e "B" - incineração; grupo "D1" - aterro sanitário; grupo "D2" - reciclagem; e grupo "D3" - compostagem orgânica.

Processo de segregação local aberto aos colaboradores que podem trazer o material usado em suas residências. Os resíduos do Hospital somados aos trazidos pelos colaboradores são coletados mediante parceria com empresa especializada local responsável pela coleta, beneficiamento e destinação final.

Foram posicionados contêineres na passagem de pedestres próximo à entrada do estacionamento para recebimento de material trazido pelos colaboradores, a saber: papel, filme plástico (tipo sacolas) e plástico rígido (tipo garrafas pet e embalagens plásticas).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 162 p.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamento das Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Brasília: 2018.

_____. Ministério da Saúde. Saúde ambiental e gestão de resíduos de serviços de saúde. Projeto Reforbus. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: manual de orientação / Ministério do Meio Ambiente, Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo, Serviço Social do Comércio. – Brasília, DF: MMA, 2017. 168 p.

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH. Plano de gerenciamento de resíduos em serviços de saúde - PGRSS. V. 00. Fortaleza-CE: 2017.